

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Votorantim S.A. ("Banco Votorantim"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.

1. Principais Informações Financeiras - Posição consolidada

	2010	2009	Variação %
RESULTADO (R\$ MIL)			
Lucro Líquido	1.015.247	801.773	26,6
Resultado bruto da intermediação financeira antes da PDD (a)	5.588.623	5.460.639	2,3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PDD (b)	1.188.965	1.535.104	(22,5)
Resultado bruto de intermediação financeira (a - b)	4.399.658	3.925.535	12,1
Receita de prestação de serviços	1.244.684	817.211	52,3
Despesas administrativas e de pessoal	2.310.470	1.601.224	44,3
Resultado operacional	2.042.866	1.374.004	48,7
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MIL)			
Patrimônio Líquido	8.388.877	7.145.443	17,4
Patrimônio de Referência	11.844.719	9.151.629	29,4
Total de ativos	107.817.592	84.800.810	27,1
Operações de crédito (inclui ACC/ACE e outras)	56.816.072	42.444.285	33,9
Pessoas jurídicas	20.174.947	15.762.809	28,0
Pessoas físicas	36.641.125	26.681.476	37,3
Avais e fianças prestados	10.252.394	11.142.904	(8,0)
INDICADORES FINANCEIROS (%)			
Retorno sobre Patrimônio Líquido	12,1%	11,2%	+0,9 p.p.
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio ¹	12,7%	12,0%	+0,7 p.p.
Índice de Eficiência ²	38,8%	34,1%	+4,7 p.p.
Índice de Basileia ³	13,1%	13,0%	+0,1 p.p.
OUTROS INDICADORES (R\$ MIL)			
Recursos captados	67.358.879	56.171.553	19,9
Total de depósitos	23.598.456	24.477.421	(3,6)
Outros recursos	43.760.423	31.694.132	38,1
Recursos administrados e geridos	31.872.465	23.207.945	37,3
Número de funcionários ³	7.418	5.859	26,6

1. Quociente entre o lucro líquido do período e a média dos patrimônios líquidos mensais do período.

2. Índice de eficiência = Despesas administrativas e de pessoal / (Resultado bruto da intermediação financeira antes da PDD + Receita de prestação de serviços + Outras receitas operacionais + Outras despesas operacionais + Ajuste de hedge fiscal)

3. Exclui estagiários e estatutários

2. Economia Brasileira

Ao lado de algumas economias mais dinâmicas, como China, Índia e Alemanha, o Brasil se destacou em 2010, mesmo em um cenário internacional ainda bastante influenciado pelas dificuldades presentes em diversas nações desenvolvidas.

Enquanto economias europeias não puderam contar com seus mercados internos, a força da demanda doméstica brasileira foi a grande responsável por impulsionar a economia nacional como um todo. A classe média cresceu, refletindo um mercado de trabalho aquecido, com taxa de desemprego mínima histórica ao redor de 6% da população economicamente ativa.

Como consequência, as vendas do varejo apresentaram crescimento de dois dígitos no ano, impulsionadas por bens duráveis e semi-duráveis, além dos artigos de informática. Mesmo assim, a inadimplência das pessoas físicas, conforme medição do Banco Central, permaneceu controlada, tendo recuado ao longo do ano até o patamar de 5,9%, em novembro, perto do valor mínimo desta série.

Nesta esteira, o nível de produção da indústria nacional cresceu 11,1% nos onze primeiros meses do ano.

Em decorrência do maior crescimento econômico brasileiro em relação a importantes parceiros comerciais, o saldo da balança comercial diminuiu 19,7% para ainda elevados US\$ 20,3 bilhões de superávit, resultante do aumento de 42,2% das importações, que superou o crescimento de 32,0% das exportações.

Mas o diferencial de crescimento econômico não teve consequências apenas sobre a balança comercial. A confiança do investidor estrangeiro trouxe significativos volumes de recursos para o país, que foram importantes para financiar o balanço de pagamentos, o qual apresentou um déficit em transações correntes de aproximadamente 2,4% do PIB, e ainda permitiram alçar as reservas de divisas internacionais para US\$ 288,6 bilhões, fator este que contribuiu para a estabilidade do país. Em decorrência desses fatores, o Real se fortaleceu mais 4,3% sobre o patamar de dezembro de 2009, encerrando 2010 em R\$ 1,67 por dólar americano. O aumento do déficit em transações correntes também é resultado do sucesso brasileiro, onde empresas multinacionais realizaram lucros e puderam ajudar a melhorar os resultados de suas matrizes estrangeiras, remetendo grandes somas de recursos para o exterior.

A inflação medida pelo IPCA subiu ao longo do ano para fechar em 5,9%, bastante afetada por diversos problemas de oferta em importantes commodities alimentares. Para combater os efeitos deste movimento e evitar que ele pudesse se agravar ainda mais, o Banco Central voltou a elevar a meta para a taxa básica de juros Selic, que subiu de 8,75%, no final do exercício anterior, para 10,75% já em julho, onde permaneceu até dezembro.

Concluindo, o país tem se mostrado resistente a grandes desafios presentes no âmbito internacional e deve continuar a apresentar taxas de crescimento robustas ao longo dos próximos anos, conforme projeções do mercado.

3. Setor bancário

Em 2010, o mercado nacional de capitais movimentou R\$ 238 bilhões em operações, sendo R\$ 150 bilhões em renda variável e R\$ 88 bilhões em renda fixa, registrando crescimentos de 219% e 38%, respectivamente, em relação aos volumes observados em 2009.

No segmento de renda variável, o volume acumulado em 2010 foi de R\$ 12 bilhões em ofertas públicas iniciais (IPOs) primárias e secundárias e R\$ 138 bilhões em ofertas de companhias já listadas. O volume captado através de ofertas de ações em 2010 foi o maior já registrado pela BM&FBovespa, com destaque para a mega oferta da Petrobras, no total de R\$ 120 bilhões, a maior oferta de ações já registrada no mundo.

Em renda fixa, os destaques de 2010 foram as emissões de debêntures, com prazo médio de 5 anos, que chegaram a R\$ 49 bilhões, representando um aumento de 78% em relação à 2009. As captações externas de renda fixa cresceram 25% em 2010, atingindo um volume de US\$ 41 bilhões, com destaque para as operações de bônus e *medium term notes*. As emissões corporativas foram responsáveis por 53% desse total.

Dentre as operações de securitização, destacaram-se as operações de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), que alcançaram um volume de R\$ 13 bilhões, crescimento de 121% em relação a 2009, e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), cujo volume de emissões subiu 126% em relação ao ano anterior.

O estoque de empréstimos e financiamentos do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados, alcançou R\$ 1.704 bilhões em dezembro de 2010, crescimento de 20,5% em doze meses. Em decorrência, a relação crédito/PIB passou a representar 46,6%, ante 44,4% ao ano anterior.

O saldo das operações concedidas com recursos livres atingiu R\$ 1.118 bilhões em dezembro de 2010, acumulando expansão de 17,1% no ano. No mesmo período, os financiamentos a pessoas físicas cresceram 18,8%, alcançando R\$ 558 bilhões, refletindo a força da demanda doméstica que tem sido um dos pilares para o crescimento do PIB. Cabe destacar o crescimento da modalidade de aquisição de veículos, que cresceu 49,1% em doze meses, alcançando saldo de R\$ 140,3 bilhões em dezembro de 2010.

No início de dezembro de 2010, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central adotaram medidas restritivas ao crédito, incluindo elevação do compulsório sobre depósitos a vista e a prazo e aumento do requerimento de capital por parte das instituições financeiras para operações com prazo superior a 24 meses. As medidas anunciadas devem diminuir o ritmo de concessões de novos empréstimos, sobretudo nas linhas destinadas a pessoas físicas. Para 2011, no entanto, as expectativas do mercado são de que a taxa Selic deverá ser elevada para conter o crescente consumo das famílias, que tem pressionado os índices de inflação.

4. Desempenho financeiro

4.1. Banco Votorantim S.A.

O Banco Votorantim atua em atacado, varejo, tesouraria e gestão de recursos. No Exterior, possui subsidiária e agência em Nassau, além de escritório em Londres e corretora em Nova York.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Essas áreas de atuação se concentram em financiamento ao consumidor, produtos de banco de investimento e de tesouraria para clientes corporativos, administração de recursos e corretagem.

No exercício de 2010, o Banco Votorantim registrou lucro líquido de R\$ 1.015,2 milhões, resultado 26,6% superior ao apurado em 2009. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 12,7% ante 12,0% do ano anterior.

O resultado bruto de intermediação financeira antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa alcançou R\$ 5.588,6 milhões em 2010, registrando aumento de 2,3% em relação ao montante de R\$ 5.460,6 milhões de 2009. A receita de prestação de serviços apresentou elevação de 52,3%, encerrando 2010 com R\$ 1.244,7 milhões, ante os R\$ 817,2 milhões apresentados em 2009.

As despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa reduziram em decorrência da melhora adicional na qualidade dos ativos do Banco Votorantim. Também contribuiu para essa redução de despesas a realização de operação específica de cessão de créditos em atraso com o mercado. Essa operação não teve impacto relevante no resultado do exercício. Em dezembro de 2010, as operações de crédito classificadas entre AA e C representavam 97,2% da carteira, ante os 95,5% registrados no mesmo período de 2009.

As despesas administrativas e de pessoal tiveram crescimento de 44,3%, variando de R\$ 1.601,2 milhões para R\$ 2.310,5 milhões, tendo o índice de eficiência passado de 34,1% para 38,8%. O número de funcionários evoluiu de 5.859 para 7.418, representando crescimento de 26,6%. O aumento do número de colaboradores e das despesas administrativas tem correlação com a expansão dos negócios, como a BV Financeira e a *Middle Market*, e com os investimentos em tecnologia e sistemas, que viabilizarão as expectativas de crescimento do Banco Votorantim.

Os ativos totais alcançaram R\$ 107,8 bilhões, crescimento de 27,1% em relação ao montante de R\$ 84,8 bilhões registrado em 2009. Destacamos a evolução da carteira consolidada de operações de crédito, excluindo-se avais e fianças, que atingiu R\$ 56.816,1 milhões em dezembro de 2010, o que corresponde a um crescimento de 33,9% em relação ao volume de R\$ 42.444,3 milhões no mesmo período de 2009. Vale ressaltar os avanços significativos no crédito a pessoas físicas, cuja carteira atingiu R\$ 36.641,1 milhões em dezembro de 2010, ante R\$ 26.681,5 milhões no mesmo período de 2009, o que corresponde a um crescimento de 37,3%. No financiamento de veículos, a BV Financeira encerrou o quarto trimestre de 2010 com 22,3% de participação estimada de mercado, o que a posiciona em 2º lugar em termos do total de novos financiamentos originados.

O desempenho do segmento *Middle Market*, que compreende empresas com faturamento anual entre R\$ 20 milhões e R\$ 200 milhões, também foi um destaque em 2010. A carteira com risco de crédito deste segmento praticamente triplicou nos últimos 12 meses, alcançando R\$ 5,9 bilhões ao final de 2010, consistente com os esforços de diversificação da base de receitas e ativos do Banco Votorantim.

O patrimônio líquido cresceu de R\$ 7,1 bilhões em dezembro de 2009 para R\$ 8,4 bilhões em dezembro de 2010. Em setembro de 2009, houve o fechamento da parceria estratégica entre Banco Votorantim e Banco do Brasil, que já havia sido anunciada ao mercado em janeiro de 2009. A operação de compra de 50% do capital total do Banco Votorantim por parte do Banco do Brasil foi finalizada em março de 2010, com uma injeção de capital de R\$ 450,0 milhões. O patrimônio líquido de referência alcançou R\$ 11,8 bilhões em dezembro de 2010, ante os R\$ 9,2 bilhões registrados em 2009.

Em 2010, o Banco Votorantim manteve uma participação relevante em operações locais de renda fixa, com destaque para operações de debêntures, FIDCs e Créditos de Recebíveis Imobiliários – CRI. O Banco participou de 30 operações com volume total de R\$ 16,0 bilhões, que lhe garantiram o 4º lugar no ranking consolidado de distribuição de renda fixa e o 2º lugar do ranking de distribuição de produtos de securitização da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

O Banco Votorantim acessou o mercado externo de renda fixa em quatro oportunidades, emitindo aproximadamente US\$ 1,9 bilhões, fazendo deste mercado uma importante fonte de captação de recursos de longo prazo, com condições atrativas de custo. Paralelamente, também atuou como coordenador e estruturador de operações desta natureza para seus clientes, totalizando US\$ 4,8 bilhões em emissões.

Com relação à renda variável, o Banco Votorantim encerrou 2010 na 12ª posição no mercado doméstico e a 13ª posição no mercado externo pelo ranking ANBIMA de origemação.

No segmento de Fusões e Aquisições, em 2010, o Banco Votorantim concluiu duas operações relevantes, uma no setor de internet e outra no setor de energia renovável.

Em 2010, o Banco Votorantim constituiu duas novas controladas: a BVIP - BV Investimentos e Participações S.A. ("BVIP"), constituída em 04.05.2010 e a BVIA - BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A. ("BVIA"), constituída em 15.10.2010.

A BVIP tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, quotista ou acionista, bem como em fundos de investimento em participação, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Já a BVIA tem por objeto social a administração e gestão de carteiras de valores mobiliários, a prestação de consultoria em gestão empresarial e investimentos, assim como a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, quotista ou acionista, e em fundos de investimento, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4.2. BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

A BV Financeira, focada principalmente na concessão de operações de crédito nas modalidades de financiamento de veículos e crédito consignado, apresentou forte crescimento na sua carteira de crédito, passando de R\$ 22,3 bilhões em 2009 para R\$ 32,9 bilhões em 2010. No mercado de financiamento de veículos, a BV Financeira reforçou sua atuação em concessionárias e alcançou uma participação de mercado estimada em 22,3% no quarto trimestre de 2010, posicionando-se em 2º lugar no mercado em volume de novos financiamentos originados. No consignado, ampliou o número de lojas e o volume de contratos.

O resultado bruto de intermediação financeira alcançou R\$ 2,9 bilhões em 2010 (R\$ 2,5 bilhões em 2009), beneficiado pela redução de 17,3% nas despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, que encerraram 2010 em R\$ 1,0 bilhão (R\$ 1,3 bilhões em 2009).

As despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa reduziram em decorrência da melhora adicional na qualidade dos ativos da BV Financeira. Também contribuiu para essa redução a realização de operação específica de cessão de créditos em atraso com o mercado, a qual não teve impacto relevante no resultado do exercício. Em dezembro de 2010, as operações de crédito classificadas entre AA e C representavam 96,7% da carteira, ante os 93,7% registrados no mesmo período de 2009.

O lucro líquido cresceu 33,0% em 2010, alcançando R\$ 507,6 milhões (R\$ 381,8 milhões em 2009). Ao final de 2010, o patrimônio líquido atingiu R\$ 1,3 bilhões (R\$ 947,8 milhões em 2009).

4.3. BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("BV Leasing")

A BV Leasing, focada principalmente na concessão de operações de arrendamento a pessoas físicas no segmento de veículos, apresentou evolução na carteira, passando de R\$ 3,9 bilhões em 2009 para R\$ 4,3 bilhões em 2010. Ao final de 2010, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.311,0 milhões (R\$ 1.279,6 milhões em 2009).

4.4. Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("VAM")

No ano de 2010, a VAM, focada em uma estratégia de crescimento sólido e de longo prazo, inaugurou, no segundo semestre, um moderno modelo organizacional com o objetivo de ganhar agilidade, eficiência e aumento de competitividade nos dois mercados distintos e dinâmicos em que atua: Asset Management e Private Bank.

Para atuar de maneira mais eficiente e eficaz nos dois negócios, foi criada uma estrutura consolidadora denominada Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S), que contemplou as áreas que dão suporte para o crescimento de ambos negócios. A área de Produtos, neste novo modelo, é responsável pelo desenvolvimento dos fundos e produtos de investimento para a Asset e para o Private, assim como pela Estruturação e Gestão dos Fundos Estruturados, além da seleção e gestão dos Fundos de Fundos.

Com a implementação dessa nova estratégia, a VWM&S teve um crescimento de 37,3% no volume de recursos administrados e geridos, que totalizaram R\$ 31,9 bilhões ao final de 2010. Todo esse crescimento garantiu a VAM posicionar-se pela 1ª vez entre as "Top

10" Assets do mercado pelo *ranking* de gestão de fundos da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Parte do excelente desempenho obtido em 2010 está associada a sua nova filosofia de desenvolver produtos diferenciados, inovadores e customizados em: crédito privado, direitos creditórios, imobiliários e FIPs (Fundos de Investimentos em Participações), entre outros. Como exemplo, podemos destacar a estruturação do "Fundo de Investimento Imobiliário BB Votorantim JHSF Cidade Jardim Continental Tower", que captop R\$ 311,6 milhões, e que representa um bom exemplo de atuação conjunta com o acionista e parceiro estratégico Banco do Brasil.

A VAM DTVM encerrou 2010 com patrimônio líquido de R\$ 57,5 milhões (R\$ 38,8 milhões em 2009) e lucro líquido de R\$ 24,5 milhões (R\$ 19,8 milhões em 2009). As rendas de cobrança de taxas de administração e de performance dos fundos de investimento administrados totalizaram R\$ 107,1 milhões em 2010 (R\$ 80,8 milhões em 2009).

4.5. Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Votorantim Corretora")

Em 2010, a Votorantim Corretora ampliou seu escopo nos segmentos onde atua e melhorou seu posicionamento em todos os rankings existentes. No ranking da Bovespa, a BV Corretora constou pela 1ª vez entre as "Top 30" do setor, evoluindo da 38ª posição para a 27ª posição.

Também foram observados avanços nas posições da BM&F do 16º lugar para o 11º lugar, além do acréscimo significativo nas posições de negociações via homebroker que evoluíram do 21º lugar para o 15º lugar. Com relação ao número de clientes, a Votorantim Corretora encerrou 2010 com cerca de 5.000 clientes, mais que dobrando sua base de clientes em relação a 2009, em parte pelo lançamento bem sucedido do seu novo homebroker (Sagaz).

No exercício de 2010, a Votorantim Corretora registrou patrimônio líquido de R\$ 249,5 milhões (R\$ 241,8 milhões em 2009) e lucro líquido de R\$ 10,1 milhões (R\$ 18,5 milhões em 2009). As rendas de corretagem de operações em Bolsa totalizaram R\$ 30,1 milhões em 2010 (R\$ 28,4 milhões em 2009).

5. Agências de Rating

As agências de *Rating* de crédito confirmaram em 2010 as boas avaliações atribuídas ao Banco Votorantim:

- a *Moody's Investors Service* confirmou o *Rating* de depósito de longo prazo em moeda estrangeira "Baa3" e o *Rating* de depósitos em escala nacional "Aaa.br". Confirmou também o *Rating* da dívida de longo prazo em moeda estrangeira "Baa3" e a força financeira em "C-";
- a *Fitch Ratings* confirmou os *Ratings* IDR longo prazo em moeda estrangeira e local "BBB-", além de confirmar o *Rating* nacional de longo prazo "AA+";
- a *Standard & Poor's* confirmou as escalas globais de *Rating* em moeda estrangeira e local "BB+/Estável".

6. Prêmios e Reconhecimentos

Em 2010, o Banco Votorantim e suas controladas foram premiados pelo mercado em diversas categorias.

A BV Financeira foi eleita como uma das "Melhores Empresas para Você Trabalhar" pela revista Guia Exame / Você S/A, estando presente neste ranking pelo 8º ano consecutivo, desta vez ocupando o 4º lugar. A BV Financeira também foi eleita em 1º lugar entre "As Melhores na Gestão de Pessoas", em suas respectivas categoria de empresa por número de funcionários, pela publicação Valor Carreira Hewitt. Além dessas premiações, o Banco Votorantim e a BV Financeira também foram classificadas entre as "100 Melhores Empresas para Trabalhar" pela Revista Época, Edição "Great Place to Work".

As premiações mencionadas reforçam a capacidade de gestão de pessoas do Banco Votorantim, que tem garantido, além dos resultados financeiros obtidos, colaboradores satisfeitos, realizados e engajados.

Como consequência, a área de Recursos Humanos das empresas do Banco Votorantim figurou mais uma vez entre os "50 RHs mais Admirados do Brasil", de acordo com a pesquisa promovida pela Gestão & RH Editora.

O Banco Votorantim também teve sua excelência reconhecida pelo mercado por meio da sua controlada Votorantim Asset Management ("VAM"). A VAM recebeu o prêmio "Top Gestor 2010 – Renda Variável" no qual foi eleita a melhor gestora em Renda Variável, na categoria "As Focadas". A premiação foi elaborada pela Revista Valor Investe em parceria com a *Standard & Poor's*, na edição de abril de 2010. A VAM também se destacou pelos seus fundos "Excelentes" entre as Assets listadas no ranking "Melhores Fundos para Investidores Institucionais" elaborado pela Revista Investidor Institucional, em parceria com a consultoria Luz Engenharia Financeira, nas edições de março e outubro de 2010.

7. Governança e Gestão de Pessoas

7.1. Estrutura e Governança

O Banco Votorantim tem investido de forma significativa na reestruturação de toda a sua plataforma tecnológica, tanto na implementação de novos sistemas como na ampliação da capacidade dos equipamentos e o aprimoramento dos processos. Tais investimentos vêm ao encontro das expectativas dos acionistas quanto à preparação da corporação para um contínuo crescimento.

Com o estabelecimento da parceria estratégica com o Banco do Brasil em 2009, a governança corporativa do Banco Votorantim passou a ser compartilhada entre os dois acionistas, mantendo-se uma gestão profissional e independente. O modelo de governança tem sido continuamente aprimorado, buscando-se maior robustez e transparência e manutenção da agilidade nos processos decisórios.

O Conselho de Administração, já existente, foi remodelado e atualmente é formado por seis membros, sendo três representantes da Votorantim Finanças e três do Banco do Brasil, que se reúnem mensalmente para deliberar sobre questões estratégicas e acompanhar o desempenho dos negócios.

O Conselho de Administração estabeleceu três comitês de assessoramento: Comitê de Finanças, Comitê de Recursos Humanos e Comitê de Produtos e Marketing. Estes comitês se reúnem periodicamente com o intuito de assessorar o Conselho no estudo de matérias específicas e de prover subsídios para a tomada de decisões.

No modelo de governança também existem dois órgãos fiscalizadores, o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal, que se reúnem mensalmente e que também possuem participação paritária de representantes dos acionistas em sua composição. O Comitê de Auditoria é o órgão avaliador das principais atividades de auditoria interna, auditoria externa e controles internos do Banco Votorantim, tendo suas atribuições previstas na Resolução nº 3.198 do Banco Central do Brasil.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa do Banco Votorantim, tendo suas atribuições definidas na Lei das Sociedades por Ações e através de regimento interno.

Na governança interna do Banco Votorantim, as decisões chave são tomadas em comitês e comissões, com participação dos principais executivos. As decisões podem chegar até o Conselho de Administração, dependendo da alçada necessária para a tomada de cada decisão.

A governança do Banco Votorantim também tem sido fortalecida através da contínua melhoria dos seus processos internos, controles, procedimentos e políticas.

7.2. Administração de Riscos

A gestão de riscos tem suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado e está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central. Sua abrangência é no âmbito do Conglomerado Financeiro do Banco Votorantim.

O Banco Votorantim possui políticas e procedimentos estabelecidos que suportam um sistema de gestão de riscos capaz de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Diretoria Executiva e demais órgãos da administração uma visão de todos os riscos incorridos.

Nesse sentido, o Comitê de Gestão de Riscos instituído faz a gestão de três comissões: uma direcionada para a gestão do risco de mercado; outra para atuar como gestora do risco de crédito; e uma terceira focada na gestão do risco operacional.

O Comitê Operacional de Ativos e Passivos (ALM) tem a responsabilidade de executar as gestões estratégicas do capital e do balanço. O acompanhamento do risco de liquidez é feito por uma Comissão específica, que é subordinada a este Comitê.

As informações referentes à estrutura de gestão de risco, de acordo com o disposto nos normativos do Banco Central do Brasil; Resoluções nº 3.380, de 29 de junho de 2006, nº 3.464, de 26 de junho de 2007, e nº 3.721, de 30 de abril de 2009, se encontram disponibilizadas no *website* do Banco Votorantim (www.bancovotorantim.com.br). Adicionalmente, as informações em atendimento à Circular nº 3.477 do Banco Central do Brasil, de 24 de dezembro de 2009, também estarão disponíveis para consulta no mesmo *website* a partir do início do 2º trimestre de 2011.

7.3. Gestão de Pessoas

O Banco Votorantim busca continuamente a valorização do seu capital humano.

Com o crescimento acelerado da organização se fez necessário investir e inovar nas práticas de gestão de pessoas. Porém, o diferencial do Banco Votorantim não se deve apenas a quantidade de práticas oferecidas, mas sim a qualidade e a forma como são conduzidas. Por essa razão, se pode afirmar que houve crescimento sem perda da identidade, pois a Gestão de Recursos Humanos está alinhada em um modelo que pratica a meritocracia, estimula o empreendedorismo e reforça os valores da organização.

Para que isso ocorra, a área de Recursos Humanos atua alinhada ao Planejamento Estratégico da organização. Esse modelo está estruturado em:

- Planejamento e Desenvolvimento da Força de Trabalho:** em consonância com as aspirações do negócio são mapeadas as ações para munir, adequar, treinar e capacitar os colaboradores às diretrizes estratégicas;
- Gestão de Talentos:** monitora a performance individual dos colaboradores e identifica os talentos, cria mecanismos de retenção e solidificação através do programa de sucessão;
- Cultura e Clima:** assegura que o ambiente de trabalho esteja em consonância com a cultura, valores e diretrizes estratégicas da organização.

As ações de desenvolvimento dos líderes e dos colaboradores são subsidiadas pelas Escolas de Negócio, que estão alinhadas ao modelo de competências e às necessidades específicas das áreas e negócios da organização. São elas:

- Escola BV:** dissemina a cultura, valores da empresa e desenvolve as competências essenciais para o aumento da performance individual e da excelência organizacional;
- Escola Liderança, Pessoas e Resultados:** prepara a liderança para um ambiente altamente competitivo, qualificando-os para excelência na gestão de pessoas e negócios;
- Banking School:** Desenvolve ações de temas técnicos e específicos alinhados às práticas e expertise de cada área e negócio, MBA in Company; Mercado Financeiro - em parceria com o Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa);
- Escola Mercado Estratégias e Clientes:** amplia a capacidade de visão estratégica, criando um espaço de aprendizagem específica para ações relacionadas à gestão de clientes e mercados.

Além disso, o Banco Votorantim oferece aos gestores de nível gerencial o Programa de *Coaching* Executivo, com o objetivo de apoiá-los no desenvolvimento de suas competências, na melhoria da performance e em situações de novos desafios.

Esses programas favorecem a cultura de alta performance e reforçam a prática diária do nosso modelo de meritocracia, baseado em critérios justos e transparentes e na responsabilidade compartilhada entre empresa e colaborador. Esses quesitos possibilitam que o reconhecimento seja fruto do aprimoramento das competências, do engaj

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais)

	Banco		Consolidado			Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009		2010	2009	2010	2009
Ativo					Passivo				
Circulante	<u>71.912.391</u>	<u>77.673.243</u>	<u>67.902.934</u>	<u>54.029.091</u>	Circulante	<u>66.407.835</u>	<u>66.934.790</u>	<u>68.833.350</u>	<u>51.235.475</u>
Disponibilidades	<u>68.530</u>	<u>197.760</u>	<u>150.621</u>	<u>239.912</u>	Depósitos	<u>18.564.155</u>	<u>20.184.005</u>	<u>18.353.701</u>	<u>20.207.357</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>22.841.765</u>	<u>41.756.719</u>	<u>14.117.068</u>	<u>20.128.609</u>	Depósitos a vista	<u>305.007</u>	<u>133.699</u>	<u>309.431</u>	<u>134.794</u>
Aplicações no mercado aberto	<u>12.844.173</u>	<u>18.563.983</u>	<u>12.844.173</u>	<u>18.563.983</u>	Depósitos interfinanceiros	<u>846.788</u>	<u>1.923.086</u>	<u>643.087</u>	<u>1.680.837</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>9.910.265</u>	<u>23.014.920</u>	<u>1.185.568</u>	<u>1.386.810</u>	Depósitos a prazo	<u>17.412.210</u>	<u>18.125.398</u>	<u>17.401.033</u>	<u>18.390.054</u>
Aplicações em moeda estrangeira	<u>87.327</u>	<u>177.816</u>	<u>87.327</u>	<u>177.816</u>	Outros depósitos	<u>150</u>	<u>1.822</u>	<u>150</u>	<u>1.672</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	<u>32.443.446</u>	<u>28.331.874</u>	<u>18.198.716</u>	<u>13.156.507</u>	Captações no mercado aberto	<u>31.548.633</u>	<u>22.690.734</u>	<u>30.252.996</u>	<u>21.854.298</u>
Carteira própria	<u>5.728.968</u>	<u>7.264.010</u>	<u>8.446.597</u>	<u>9.999.054</u>	Carteira própria	<u>21.247.154</u>	<u>11.899.800</u>	<u>20.861.476</u>	<u>11.784.851</u>
Vinculados a compromissos de recompra	<u>21.318.546</u>	<u>16.752.975</u>	<u>4.633.065</u>	<u>472.290</u>	Carteira de terceiros	<u>7.770.634</u>	<u>10.470.496</u>	<u>6.860.675</u>	<u>9.749.009</u>
Instrumentos financeiros derivativos	<u>1.266.020</u>	<u>2.593.498</u>	<u>948.121</u>	<u>936.976</u>	Carteira de livre movimentação	<u>2.530.845</u>	<u>320.438</u>	<u>2.530.845</u>	<u>320.438</u>
Vinculados ao Banco Central	-	<u>46.682</u>	-	<u>46.682</u>	Recursos de aceites e emissão de títulos	<u>1.682.349</u>	<u>1.276.418</u>	<u>3.249.475</u>	<u>1.276.418</u>
Vinculados à prestação de garantias	<u>4.129.912</u>	<u>1.674.709</u>	<u>4.170.933</u>	<u>1.701.505</u>	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	<u>696.187</u>	<u>815.857</u>	<u>696.187</u>	<u>815.857</u>
Relações interfinanceiras	<u>6.310.423</u>	<u>92.995</u>	<u>6.310.423</u>	<u>92.995</u>	Recursos de debêntures	-	-	<u>1.567.126</u>	-
Repasse interfinanceiros	<u>72.219</u>	<u>12.985</u>	<u>72.219</u>	<u>12.985</u>	Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior	<u>986.162</u>	<u>460.561</u>	<u>986.162</u>	<u>460.561</u>
Depósitos no Banco Central	<u>6.212.534</u>	<u>69.496</u>	<u>6.212.534</u>	<u>69.496</u>	Relações interdependências	<u>32.040</u>	<u>33.704</u>	<u>32.043</u>	<u>39.586</u>
Correspondentes	<u>25.670</u>	<u>10.514</u>	<u>25.670</u>	<u>10.514</u>	Recursos em trânsito de terceiros	<u>32.040</u>	<u>33.704</u>	<u>32.040</u>	<u>33.704</u>
Relações interdependências	<u>-</u>	<u>82</u>	<u>-</u>	<u>2.403</u>	Transferências internas de recursos	-	-	<u>3</u>	<u>5.882</u>
Transferências internas de recursos	-	<u>82</u>	-	<u>2.403</u>	Obrigações por empréstimos e repasses	<u>6.336.105</u>	<u>3.674.370</u>	<u>6.337.430</u>	<u>3.675.444</u>
Operações de crédito	<u>8.372.061</u>	<u>6.357.606</u>	<u>21.302.491</u>	<u>16.432.445</u>	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	-	<u>141.952</u>	-	<u>141.952</u>
Setor público	<u>26.360</u>	<u>34.092</u>	<u>26.360</u>	<u>35.782</u>	Empréstimos no País - Outras instituições	<u>21.357</u>	<u>22.872</u>	<u>21.357</u>	<u>22.872</u>
Setor privado	<u>8.404.466</u>	<u>6.471.095</u>	<u>21.822.895</u>	<u>17.211.861</u>	Empréstimos no Exterior	<u>3.649.406</u>	<u>1.663.244</u>	<u>3.649.406</u>	<u>1.663.244</u>
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	<u>(58.765)</u>	<u>(147.581)</u>	<u>(546.764)</u>	<u>(815.198)</u>	Repasse do País - Instituições Oficiais	<u>2.665.342</u>	<u>1.846.302</u>	<u>2.666.667</u>	<u>1.847.376</u>
Operações de arrendamento mercantil	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.823.590</u>	<u>1.782.285</u>	Tesouro nacional	<u>50.838</u>	-	<u>50.838</u>	-
Arrendamento a receber - Setor público	-	-	-	<u>139</u>	BNDES	<u>1.532.607</u>	<u>1.050.982</u>	<u>1.532.607</u>	<u>1.050.982</u>
Arrendamento a receber - Setor privado	-	-	<u>5.647.778</u>	<u>2.933.028</u>	FINAME	<u>1.081.897</u>	<u>795.320</u>	<u>1.083.222</u>	<u>796.394</u>
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	-	-	<u>(1.754.650)</u>	<u>(1.123.912)</u>	Instrumentos financeiros derivativos	<u>6.025.418</u>	<u>18.306.416</u>	<u>4.758.587</u>	<u>1.518.293</u>
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-	-	<u>(69.538)</u>	<u>(26.970)</u>	Instrumentos financeiros derivativos	<u>6.025.418</u>	<u>18.306.416</u>	<u>4.758.587</u>	<u>1.518.293</u>
Outros créditos	<u>1.866.943</u>	<u>925.912</u>	<u>3.815.824</u>	<u>2.066.163</u>	Outras obrigações	<u>2.219.135</u>	<u>769.143</u>	<u>5.849.118</u>	<u>2.664.079</u>
Créditos por avais e fianças honrados	-	<u>5.301</u>	-	<u>5.301</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	<u>9.770</u>	<u>8.169</u>	<u>9.770</u>	<u>24.292</u>
Carteira de câmbio	<u>1.292.751</u>	<u>380.521</u>	<u>1.292.751</u>	<u>380.521</u>	Carteira de câmbio	<u>1.368.672</u>	<u>9.618</u>	<u>1.368.672</u>	<u>9.618</u>
Rendas a receber	<u>4.695</u>	<u>104.259</u>	<u>27.691</u>	<u>16.323</u>	Sociais e estatutárias	<u>202.883</u>	<u>231.600</u>	<u>379.649</u>	<u>356.546</u>
Negociação e intermediação de valores	<u>78.748</u>	<u>105.009</u>	<u>97.275</u>	<u>119.786</u>	Fiscais e previdenciárias	<u>274.832</u>	<u>222.737</u>	<u>1.199.774</u>	<u>1.307.289</u>
Diversos	<u>528.596</u>	<u>386.373</u>	<u>2.435.954</u>	<u>1.599.783</u>	Negociação e intermediação de valores	<u>64.521</u>	<u>53.324</u>	<u>128.471</u>	<u>78.236</u>
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(37.847)</u>	<u>(55.551)</u>	<u>(37.847)</u>	<u>(55.551)</u>	Dívidas subordinadas	-	-	<u>1.451.075</u>	-
Outros valores e bens	<u>9.223</u>	<u>10.295</u>	<u>184.201</u>	<u>127.772</u>	Diversas	<u>298.457</u>	<u>243.695</u>	<u>1.297.185</u>	<u>893.722</u>
Outros valores e bens	<u>4.264</u>	<u>1.217</u>	<u>87.719</u>	<u>65.021</u>	Exigível a longo prazo	<u>43.217.775</u>	<u>21.720.675</u>	<u>30.553.546</u>	<u>26.384.949</u>
Despesas antecipadas	<u>4.959</u>	<u>9.078</u>	<u>96.482</u>	<u>62.751</u>	Depósitos	<u>5.294.904</u>	<u>4.581.642</u>	<u>5.244.755</u>	<u>4.270.064</u>
Realizável a longo prazo	<u>42.969.525</u>	<u>15.530.664</u>	<u>39.707.526</u>	<u>30.611.010</u>	Depósitos interfinanceiros	<u>133.328</u>	<u>96.942</u>	<u>83.179</u>	<u>60.205</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>24.941.264</u>	<u>1.296.856</u>	<u>884.842</u>	<u>1.296.856</u>	Depósitos a prazo	<u>5.161.576</u>	<u>4.484.700</u>	<u>5.161.576</u>	<u>4.209.859</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>24.941.264</u>	<u>1.296.856</u>	<u>884.842</u>	<u>1.296.856</u>	Captações no mercado aberto	<u>4.126.924</u>	<u>2.913.170</u>	<u>4.126.924</u>	<u>2.913.170</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	<u>7.076.935</u>	<u>4.464.545</u>	<u>6.964.284</u>	<u>5.038.214</u>	Carteira própria	<u>4.058.757</u>	<u>2.885.023</u>	<u>4.058.757</u>	<u>2.885.023</u>
Carteira própria	<u>2.039.283</u>	<u>2.164.202</u>	<u>2.039.283</u>	<u>1.474.580</u>	Carteira de livre movimentação	<u>68.167</u>	<u>28.147</u>	<u>68.167</u>	<u>28.147</u>
Vinculados a compromissos de recompra	<u>3.428.472</u>	-	<u>3.428.472</u>	<u>1.263.291</u>	Recursos de aceites e emissão de títulos	<u>5.602.215</u>	<u>2.042.957</u>	<u>7.048.656</u>	<u>4.994.175</u>
Instrumentos financeiros derivativos	<u>941.710</u>	<u>690.473</u>	<u>829.059</u>	<u>690.473</u>	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	<u>3.704.923</u>	<u>1.108.718</u>	<u>3.704.923</u>	<u>1.108.718</u>
Vinculados ao Banco Central	-	<u>287.067</u>	-	<u>287.067</u>	Recursos de debêntures	-	-	<u>1.446.441</u>	<u>2.951.118</u>
Vinculados à prestação de garantias	<u>667.470</u>	<u>1.322.803</u>	<u>667.470</u>	<u>1.322.803</u>	Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior	<u>1.897.292</u>	<u>934.239</u>	<u>1.897.292</u>	<u>934.239</u>
Operações de crédito	<u>10.444.174</u>	<u>9.105.890</u>	<u>29.635.739</u>	<u>20.356.914</u>	Obrigações por empréstimos e repasses	<u>4.889.911</u>	<u>3.594.822</u>	<u>4.917.050</u>	<u>3.627.311</u>
Setor público	<u>50.658</u>	<u>119.594</u>	<u>50.658</u>	<u>118.754</u>	Empréstimos no País - Outras instituições	-	<u>21.765</u>	-	<u>21.765</u>
Setor privado	<u>10.582.588</u>	<u>9.112.979</u>	<u>30.053.623</u>	<u>20.675.003</u>	Empréstimos no Exterior	<u>588.024</u>	<u>500.093</u>	<u>588.024</u>	<u>500.093</u>
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	<u>(189.072)</u>	<u>(126.683)</u>	<u>(468.542)</u>	<u>(436.843)</u>	Repasse do País - Instituições Oficiais	<u>4.301.887</u>	<u>3.072.964</u>	<u>4.329.026</u>	<u>3.105.453</u>
Operações de arrendamento mercantil	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>56.191</u>	<u>1.811.992</u>	Tesouro nacional	<u>22.500</u>	-	<u>22.500</u>	-
Arrendamento a receber - Setor privado	-	-	<u>1.459.196</u>	<u>2.982.056</u>	BNDES	<u>2.548.720</u>	<u>2.452.292</u>	<u>2.548.720</u>	<u>2.452.292</u>
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	-	-	<u>(1.372.360)</u>	<u>(1.142.644)</u>	FINAME	<u>1.730.667</u>	<u>620.672</u>	<u>1.757.806</u>	<u>653.161</u>
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-	-	<u>(30.645)</u>	<u>(27.420)</u>	Instrumentos financeiros derivativos	<u>17.179.956</u>	<u>5.081.274</u>	<u>1.662.401</u>	<u>5.081.274</u>
Outros créditos	<u>493.252</u>	<u>663.373</u>	<u>1.701.045</u>	<u>1.853.833</u>	Instrumentos financeiros derivativos	<u>17.179.956</u>	<u>5.081.274</u>	<u>1.662.401</u>	<u>5.081.274</u>
Diversos	<u>493.252</u>	<u>663.373</u>	<u>1.701.045</u>	<u>1.853.833</u>	Outras obrigações	<u>6.123.865</u>	<u>3.506.810</u>	<u>7.553.760</u>	<u>5.499.055</u>
Outros valores e bens	<u>13.900</u>	<u>-</u>	<u>465.425</u>	<u>253.201</u>	Fiscais e previdenciárias	<u>640.886</u>	<u>578.995</u>	<u>1.961.185</u>	<u>1.117.301</u>
Despesas antecipadas	<u>13.900</u>	-	<u>465.425</u>	<u>253.201</u>	Negociação e intermediação de valores	<u>24.966</u>	-	<u>24.966</u>	-
Permanente	<u>3.174.331</u>	<u>2.631.920</u>	<u>207.132</u>	<u>160.709</u>	Dívidas subordinadas	<u>5.453.187</u>	<u>2.927.815</u>	<u>5.453.187</u>	<u>4.366.821</u>
Investimentos	<u>3.093.123</u>	<u>2.571.255</u>	<u>54.761</u>	<u>53.582</u>	Diversas	<u>4.826</u>	-	<u>114.422</u>	<u>14.933</u>
Participações em controladas no País	<u>3.023.080</u>	<u>2.507.956</u>	-	-	Resultados de exercícios futuros	<u>41.760</u>	<u>34.919</u>	<u>41.760</u>	<u>34.919</u>
Participação em controlada no Exterior	<u>46.774</u>	<u>35.274</u>	-	-	Participações de acionistas não controladores	-	-	<u>59</u>	<u>24</u>
Outros investimentos	<u>23.269</u>	<u>28.025</u>	<u>54.761</u>	<u>53.582</u>	Patrimônio líquido	<u>8.388.877</u>	<u>7.145.443</u>	<u>8.388.877</u>	<u>7.145.443</u>
Imobilizado de uso	<u>41.979</u>	<u>33.124</u>	<u>87.786</u>	<u>58.131</u>	Capital	-	-	-	-
Outras imobilizações de uso	<u>77.882</u>	<u>62.052</u>	<u>153.811</u>	<u>109.646</u>	De domiciliados no País	<u>4.026.841</u>	<u>3.544.896</u>	<u>4.026.841</u>	<u>3.544.896</u>
Depreciações acumuladas	<u>(35.903)</u>	<u>(28.928)</u>	<u>(66.025)</u>	<u>(51.515)</u>	Reservas de capital	<u>585.104</u>	<u>617.049</u>	<u>585.104</u>	<u>617.049</u>
Intangível	<u>7.035</u>	<u>-</u>	<u>20.691</u>	<u>5.121</u>	Reservas de lucros	<u>3.834.288</u>	<u>3.060.162</u>	<u>3.834.288</u>	<u>3.060.162</u>
Ativos intangíveis	<u>7.035</u>	-	<u>23.806</u>	<u>6.212</u>	Ajustes de avaliação patrimonial	<u>(57.356)</u>	<u>(76.664)</u>	<u>(57.356)</u>	<u>(76.664)</u>
Amortização acumulada	-	-	<u>(3.115)</u>	<u>(1.091)</u>	Total do ativo	<u>118.056.247</u>	<u>95.835.827</u>	<u>107.817.592</u>	<u>84.800.810</u>
Diferido	<u>32.194</u>	<u>27.541</u>	<u>43.894</u>	<u>43.875</u>	Total do passivo	<u>118.056.247</u>	<u>95.835.827</u>	<u>107.817.592</u>	<u>84.800.810</u>
Gastos de organização e expansão	<u>35.130</u>	<u>45.271</u>	<u>83.860</u>	<u>91.162</u>					
Amortização acumulada	<u>(2.936)</u>	<u>(17.730)</u>	<u>(39.966)</u>	<u>(47.287)</u>					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010 - (Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reservas de capital	Reservas de lucros			Ajustes de valor patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital Realizado	Aumento de Capital		Legal	Expansão	Incentivos fiscais			
Saldos em 31 de dezembro de 2008	3.380.000	-	31.946	303.732	2.741.523	-	(95.006)	-	6.362.195
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(1.736)	(1.736)
Aumento de Capital	614.896	-	-	-	-	-	-	-	614.896
(-) Capital a Realizar	(450.000)	-	-	-	-	-	-	-	(450.000)
Reserva de Ágio por Subscrição	-	-	585.103	-	-	-	-	-	585.103
Reversão de reserva de expansão	-	-	-	-	(594.709)	-	-	594.709	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(205.709)	(205.709)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(389.000)	(389.000)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	18.342	-	18.342
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	801.773	801.773
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	-	-	-	40.089	-	-	-	(40.089)	-
Dividendos (R\$ 2,34 - p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(190.421)	(190.421)
Reserva para expansão	-	-	-	-	-	-	-	(569.527)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.544.896	-	617.049	343.821	2.716.341	-	(76.664)	-	7.145.443
Integralização de Capital	450.000	-	-	-	-	-	-	-	450.000
Aumento de Capital	-	31.945	(31.945)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	19.308	-	19.308
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	1.015.247	1.015.247
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	-	-	-	50.762	-	-	-	(50.762)	-
Dividendos (R\$ 2,96 - p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(241.121)	(241.121)
Reserva para expansão	-	-	-	-	-	-	-	(723.364)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.994.896	31.945	585.104	394.583	3.439.705	-	(57.356)	-	8.388.877
Saldos em 30 de junho de 2010	3.994.896	-	617.049	367.696	2.716.341	2.360	2.139	338.462	8.038.943
Aumento de Capital	-	31.945	(31.945)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(59.495)	-	(59.495)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	537.729	537.729
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal	-	-	-	26.887	-	-	-	(26.887)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	(2.360)	-	2.360	-
Dividendos (R\$ 1,57 - p/ lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(128.300)	(128.300)
Reserva para expansão	-	-	-	-	-	-	-	(723.364)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.994.896	31.945	585.104	394.583	3.439.705	-	(57.356)	-	8.388.877

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Votorantim S.A. é uma companhia de capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de financiamento e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas, a companhia atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimento e cartões de crédito. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

Em 28 de setembro de 2009, a Votorantim Finanças e o Banco do Brasil concluíram o estabelecimento da parceria estratégica, passando o Banco do Brasil a deter participação equivalente a 50% do capital social total do Banco Votorantim. O Conselho de Administração é paritário, com 3 membros indicados por cada instituição, e a presidência do Conselho será alternada anualmente. Todas as decisões estratégicas serão tomadas de forma conjunta.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normalização por parte do CMN. As alterações aprovadas pelo CMN, foram: 1) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; 2) os procedimentos de mensuração do valor recuperável de ativos; 3) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; 4) a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis, informações sobre partes relacionadas; e 5) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgações de provisões, passivos e ativos contingentes. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem o Banco Votorantim e as controladas diretas, no País e no Exterior, a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	2010	2009
Controladas diretas no País		
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mob. Ltda.	99,98%	99,98%
Votorantim Asset Management Distrib. de TVM Ltda.	99,99%	99,99%
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	100%	100%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	99,99%	99,99%
BVIP - BV Investimentos e Participações S.A.	100%	-
BVIA - BV Inv. Alternativos e Gestãõ de Recursos S.A.	100%	-
Controladas diretas no Exterior		
Votorantim Bank Limited	100%	100%
Banco Votorantim Securities Inc.	100%	100%

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas de consolidação e instruções do CMN. Os principais procedimentos no processo de consolidação das demonstrações contábeis são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos, passivos, receitas e despesas entre controladora e controladas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Apresentação das operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, reclassificando o imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, reduzido do valor residual recebido antecipadamente;
- Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para reais, utilizando-se a cotação do dólar norte-americano na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4;
- A variação cambial das operações da agência e das empresas controladas no exterior foi distribuída nas linhas da demonstração de resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem; e
- O processo de consolidação não inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos e dos fundos de investimentos em direitos creditórios, de acordo com as normas de consolidação estabelecidas pelo CMN.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 4 de fevereiro de 2011.

3 Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos tem suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado e está em linha com as diretrizes definidas pelo CMN. Sua abrangência é no âmbito das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado").

Foram implementadas políticas, procedimentos e sistemas de gestão capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Administração uma visão de todos os riscos.

Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas. A gestão é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações. Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento deste risco são: (a) integridade na precificação de ativos e derivativos; (b) avaliação do risco pela metodologia *Value at Risk* e pela simulação de cenários; e (c) acompanhamento de resultados diários com testes de aderência da metodologia (*back-test*).

O Conglomerado realiza operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com o objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. Estes instrumentos são utilizados para *hedge* de posições, para atender demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O processo de gestão tem início a partir da aplicação de uma metodologia própria no mapeamento dos riscos. As etapas do gerenciamento são: a) identificação, a avaliação, o monitoramento, o controle e a mitigação dos riscos, a comunicação e o plano de ação.

A conjunção das ações de mapeamento e monitoração dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

Risco de Crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Como parte do processo de gestão do risco de crédito, são realizados acompanhamentos das políticas, normas, processos, limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. A política de crédito é formulada com base em análise de indicadores internos da carteira e dos processos de precificação e avaliação de empresas, e em fatores externos, relacionados à situação financeira das empresas e à conjuntura econômica do país e do exterior.

O Conglomerado realiza avaliações de risco de crédito das operações, determinadas através de modelos julgamentais e estatísticos. Ressalta-se que na identificação de deterioração da qualidade da carteira de crédito, são tomadas ações de mitigação de riscos, tais como, reavaliação do perfil de risco dos clientes e análises setoriais que influenciam na gestão de limites até a gestão e controle de garantias.

Gestão de Ativos e Passivos

O Comitê Operacional de Ativos e Passivos (ALM) é responsável pela gestão dos riscos estruturais de taxa de juros, taxa de câmbio e de liquidez, bem como a gestão do capital que busca otimizar a relação risco versus retorno e maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).

Índice de Basileia

	2010	2009
Patrimônio de Referência Total (PR)	11.844.719	9.151.629
Patrimônio de Referência Nível I	8.405.405	7.108.438
Patrimônio de Referência Nível II	3.439.314	2.043.191
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	9.945.507	7.771.228
Pepr	8.759.342	6.617.578
Pcam	-	-
Pjurs	725.540	752.007
Pcom	2.010	1.360
Pacs	41.682	22.761
Popr	416.933	377.522
Excesso de Patrimônio de Referência	1.899.212	1.380.401
Índice (PR x 100)/(PRE/0,11)	13,1%	13,0%

4 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com vencimento até 90 dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

- Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. A metodologia de avaliação a mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgadas por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas

de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais e consagradas. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("*hedge*") e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "*hedge*", tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, tem seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "*hedge*" tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

Para os instrumentos financeiros derivativos negociados em associação com operações de captação, tanto o derivativo como a captação estão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo ajustados pelo valor de mercado.

f. Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, grupo econômico observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/CMN. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil que são objetos de "*hedge*" de instrumentos financeiros derivativos, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados, quando positivos, em Outros Créditos - Diversos, e, quando negativos, em Outras Obrigações - Diversas, em contrapartida de Receitas de Operações de Crédito e Receitas de Arrendamento Mercantil.

As cessões de operações de crédito são contabilizadas através do reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras Obrigações – Diversas.

g. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerem em períodos futuros.

h. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

i. Ativo permanente

- Os investimentos em participações societárias são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável;
- O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais:
 - Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%
 - Sistema de comunicação, segurança e transporte - 10%
 - Sistemas de processamento de dados - 20%;
- O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado; e
- O ativo intangível inclui os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a contribuição social foi apurada com base na alíquota de 15%, ambas, aplicáveis ao lucro tributável.

Na controlada BV Leasing, é reconhecido imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 25%, sobre o ajuste da superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

O crédito tributário de imposto de renda e de contribuição social é constituído de acordo com estudo de capacidade de realização preparado pela Administração.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e
- Obrigações legais - Fiscais e Previdenciárias** - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base "pro rata" dia).

5 Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Disponibilidades	68.530	197.760	150.621	239.912
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
Oper. comprom. - posição bancada	587.800	7.806.407	587.800	6.017.883
Aplic. em depósitos interfinanceiros	1.060.246	1.876.077	671.142	2.683.667
Aplicações em moedas estrangeiras	87.327	177.816	87.327	177.816
Total	1.803.903	10.058.060	1.496.890	9.119.278

10 Relações interfinanceiras

Banco e Consolidado				
Ativo				
	2010		2009	
Reservas compulsórias BACEN	-	-	6.212.534	69.496
Repasses interfinanceiros	-	-	72.219	12.985
Relações com correspondentes	-	-	25.670	10.514
Total	-	-	6.310.423	92.995

11 Relações interdependências

Ativo				
	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Transfer. internas recursos	-	82	-	2.403
Total	-	82	-	2.403

Passivo				
	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Recursos trânsito terceiros	32.040	33.704	32.040	33.704
Transfer. internas recursos	-	-	3	5.882
Total	32.040	33.704	32.043	39.586

12 Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição das operações por modalidade e parcelas vencidas e vincendas

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Adiantamentos a depositantes	784	305	784	305
Empréstimos	9.017.423	7.643.697	14.109.183	11.139.282
Títulos descontados	27.080	23.060	27.080	23.060
Financiamentos	5.755.232	4.359.372	33.552.936	23.167.427
Financiamentos a exportação	2.549.302	2.965.407	2.549.302	2.965.407
Financiamentos em moeda estrangeira	270.727	187.308	270.727	187.308
Financiamentos rurais	1.333.247	558.611	1.333.247	558.611
Financiamentos imobiliários	110.277	-	110.277	-
Subtotal	<u>19.064.072</u>	<u>15.737.760</u>	<u>51.953.536</u>	<u>38.041.400</u>
Adiant. sobre contratos de câmbio	537.799	449.699	537.799	449.699
Operações de arrendamento mercantil	-	-	4.324.737	3.947.885
Outros	-	5.301	-	5.301
Total de operações de crédito	<u>19.601.871</u>	<u>16.192.760</u>	<u>56.816.072</u>	<u>42.444.285</u>
Parcelas vencidas (a partir de 15 dias)	49.346	178.186	709.009	1.137.599
Parcelas vincendas	<u>19.552.525</u>	<u>16.014.574</u>	<u>56.107.063</u>	<u>41.306.686</u>
Total de parcelas	<u>19.601.871</u>	<u>16.192.760</u>	<u>56.816.072</u>	<u>42.444.285</u>

b. Concentração das operações

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Dez maiores devedores	3.075.616	3.941.376	3.129.462	3.941.376
Cinquenta seguintes maiores devedores	4.510.045	5.016.564	4.570.739	5.016.564
Cem seguintes maiores devedores	3.573.836	3.173.054	3.625.949	3.173.054
Demais clientes	8.442.374	4.061.766	45.489.922	30.313.291
Total	19.601.871	16.192.760	56.816.072	42.444.285

c. Composição das operações por setor de atividade econômica

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Pessoas jurídicas	18.645.645	14.725.282	20.174.947	15.762.809
Setor público estadual				
Serviços	77.018	156.833	77.018	156.833
Intermediários financeiros	-	-	-	54
Setor privado				
Indústria	9.530.096	8.363.359	9.641.526	8.416.231
Comércio	2.486.995	1.447.851	3.283.583	2.151.246
Rural	1.313.368	558.595	1.313.368	558.595
Serviços	5.238.168	4.181.140	5.859.452	4.461.860
Intermediários financeiros	-	17.504	-	17.990
Pessoas físicas	956.226	1.467.478	36.641.125	26.681.476
Total	19.601.871	16.192.760	56.816.072	42.444.285

d. Composição das operações nos correspondentes níveis de risco

Nível de risco	2010			2009		
	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações
AA	12.041.990	-	12.041.990	7.358.052	-	7.358.052
A	5.527.438	-	5.527.438	4.062.386	-	4.062.386
B	1.517.995	19.863	1.537.858	3.467.577	50.589	3.518.166
C	161.087	7.869	168.956	787.847	33.324	821.171
D	10.098	1.953	12.051	117.188	4.669	121.857
E	5.497	7.428	12.925	2.063	1.748	3.811
F	94.517	24.295	118.812	249	26.290	26.539
G	24.929	4.167	29.096	16.724	175.577	192.301
H	92.149	60.596	152.745	19.872	68.605	88.477
Total	19.475.700	126.171	19.601.871	15.831.958	360.802	16.192.760

Nível de risco	2010			2009		
	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações
AA	12.710.491	-	12.710.491	7.803.346	-	7.803.346
A	38.395.293	-	38.395.293	26.299.677	-	26.299.677
B	1.620.997	1.397.510	3.018.507	3.540.739	1.273.660	4.814.399
C	203.718	923.447	1.127.165	819.299	792.154	1.611.453
D	29.735	383.391	413.126	133.082	360.522	493.604
E	14.146	180.404	194.550	9.259	200.338	209.597
F	100.873	138.992	239.865	5.659	180.229	185.888
G	29.362	101.725	131.087	19.778	305.251	325.029
H	122.890	463.098	585.988	45.065	656.227	701.292
Total	53.227.505	3.588.567	56.816.072	38.675.904	3.768.381	42.444.285

e. Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Provisão	Banco		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
A	0,5	27.637	20.312	191.977	131.498
B	1	15.378	35.182	30.185	48.144
C	3	5.069	24.635	33.815	48.344
D	10	1.205	12.186	41.312	49.360
E	30	3.877	1.143	58.366	62.879
F	50	59.406	13.270	119.932	92.944
G	70	20.367	134.610	91.761	227.521
H	100	152.745	88.477	585.988	701.292
Total		285.684	329.815	1.153.336	1.361.982

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo inicial	329.815	140.528	1.361.982	774.126
Constituições/(reversões)	70.236	215.218	1.188.965	1.535.104
Baixas para prejuízo	(114.367)	(24.830)	(1.397.611)	(946.147)
Outros	-	(1.101)	-	(1.101)
Saldo final	285.684	329.815	1.153.336	1.361.982

g. Informações sobre cessões de crédito

	2010		2009	
Valor de transferência dos ativos cedidos no período	-	-	14.707.955	6.956.067
Valor contábil dos ativos cedidos no período	-	-	(13.326.899)	(5.819.079)
Resultado bruto das cessões	-	-	1.381.056	1.136.988
Despesas de liquidação antecipada de contratos cedidos	-	-	(603.906)	(35.405)
Provisão para perdas com contratos cedidos	-	-	(65.398)	(36.918)
Resultado das cessões antes dos custos e tributos	-	-	721.752	1.064.665
Aceleração do reconhecimento em resultado dos custos associados ao ativo cedido	-	-	(381.798)	(209.715)
Resultado das cessões antes dos tributos	-	-	339.954	854.950
Efeitos tributários	-	-	(174.512)	(373.701)
Resultado líquido das cessões	-	-	165.442	481.249

h. Estratégias de hedge contábil

	2010			2009		
	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho/(perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho/(perda) não realizado
Operações crédito e arrend. mercantil	38.645.311	38.971.119	325.808	26.902.679	27.434.629	531.950
Total	38.645.311	38.971.119	325.808	26.902.679	27.434.629	531.950

Para proteger os riscos de taxa de juros prefixada dos empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, o Conglomerado negociou contratos no mercado futuro de DI junto a BM&FBOVESPA, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas.

Para proteger os riscos de taxa de juros variável (Dólar) dos financiamentos a exportação, o Conglomerado negociou contratos no mercado futuro de DDI e SCC junto a BM&FBOVESPA, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas.

i. Informações complementares

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Créditos renegociados no período	8.710.731	5.970.525	8.906.615	6.199.852
Créditos recuperados, baixados como prejuízo	12.444	17.716	192.743	135.377

13 Carteira de câmbio

Banco e consolidado				
Outros créditos				
	2010		2009	
Câmbio comprado a liquidar	-	-	1.221.375	332.175
Direitos sobre vendas de câmbio	-	-	643.639	51.870
Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	-	-	(582.890)	-
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	-	(2.315)	(25.473)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	-	-	12.942	21.848
Rendas a receber de importações financiadas	-	-	-	101
Total	-	-	1.292.751	380.521
Outras obrigações				
	2010		2009	
Câmbio vendido a liquidar	-	-	641.385	51.879
Importação financiada - câmbio contratado	-	-	-	(25.118)
Obrigações por compras de câmbio	-	-	1.252.142	385.489
Adiantamentos sobre contrato de câmbio	-	-	(524.855)	(402.632)
Total	-	-	1.368.672	9.618

14 Negociação e intermediação de valores

Outros créditos				
	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Caixa de registro e liquidação	9.055	1.100	17.118	1.100
Devedores conta liquidação pendentes	-	292	10.022	14.485
Oper. ativos financeiros e merc. a liquidar	46.627	66.416	46.627	66.416
Outros créditos	23.066	37.201	23.508	37.785
Total	78.748	105.009	97.275	119.786
Outros obrigações				
	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Caixa de registro e liquidação	7	1	95	4.637
Comissões e corretagens a pagar	1.059	-	1.408	921
Credores conta liquidação pendentes	165	325	52.778	18.878
Credores por empréstimos de ações	24.966	32.643	24.966	32.643
Operações com ativos financ. e merc. a liquidar	63.290	19.540	74.190	21.157
Outras	-	815	-	-
Total	89.487	53.324	153.437	78.236

15 Outros créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Adiantamentos e antecipações salariais	1.303	5.133	2.784	20.851
Adiantamentos a fornecedores	1.943	-	1.987	-
Crédito tributário de impostos e contribuições	509.039	575.317	2.120.104	1.788.321
Devedores por depósitos em garantia	77.529	9.054	25.180	36.967
Impostos e contribuições a compensar	134.322	180.576	568.883	435.084
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	5	-</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Em milhares de Reais)

23 Recursos de aceites e emissão de títulos

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Debêntures				
Com variação cambial (a)	-	-	1.567.126	1.637.667
Pós-fixado (b)	-	-	1.446.441	1.313.451
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário				
Pós-fixado (c)	4.632	106.311	4.632	106.311
Recursos de Letras de Crédito Agronegócio				
Pós-fixado (d)	1.789.518	1.818.264	1.789.518	1.818.264
Letras Financeiras				
Pré-fixado (e)	13.644	-	13.644	-
Pós-fixado (f)	2.593.316	-	2.593.316	-
Obrigações por TVM no Exterior				
Pré-fixado (g)	369.806	-	369.806	-
Com variação cambial (h)	2.513.648	1.394.800	2.513.648	1.394.800
Total	<u>7.284.564</u>	<u>3.319.375</u>	<u>10.298.131</u>	<u>6.270.493</u>

- (a) Taxa de atualização em 2010: PTAX + 12,04% a.a.
(b) Taxa de atualização em 2010: DI + 0,35% a.a.
(c) e (d) Taxa de atualização em 2010: Taxa de atualização corresponde atualmente a 90% do CDI
(e) e (f) Taxa de atualização em 2010: 100% a 108,10% do CDI
(g) Taxa de atualização em 2010: de 9,25% a.a. a 10,63% a.a.
(h) Taxa de atualização em 2010: de 1,10% a.a. a 6,75% a.a. + variação cambial

Estratégias de hedge contábil

Consolidado	2010		2009	
	Valor de custo	Valor de mercado (perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado (perda) não realizado
Obrigação por TVM no exterior	2.877.050	2.883.454 (6.404)	1.387.006	1.394.800 (7.794)
Total	<u>2.877.050</u>	<u>2.883.454</u> (6.404)	<u>1.387.006</u>	<u>1.394.800</u> (7.794)

Para proteger os riscos de taxa de juros variável (Dólar) das obrigações por TVM no exterior, o Conglomerado negociou contratos no mercado futuro de DDI junto a BM&FBOVESPA, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas.

24 Obrigações por empréstimos e repasses

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Empréstimos no País				
Com variação cambial (a)	21.357	186.589	21.357	186.589
Empréstimos no Exterior				
Com variação cambial (b)	4.237.430	2.163.337	4.237.430	2.163.337
Repasses no País – Tesouro Nacional				
Pós-fixado (c)	73.338	-	73.338	-
Repasses no País - BNDES				
Pós-fixado (d)	4.081.327	3.503.274	4.081.327	3.503.274
Repasses no País - FINAME				
Pós-fixado (e)	2.812.564	1.415.992	2.841.028	1.449.555
Total	<u>11.226.016</u>	<u>7.269.192</u>	<u>11.254.488</u>	<u>7.302.755</u>

- (a) Taxa de atualização em 2010: 7,10 % a.a. + variação cambial
(b) Taxa de atualização em 2010: 0,50% a.a. a 17,5% a.a. + variação cambial
(c) Taxa de atualização em 2010: 6,75% a.a.
(d) Taxa de atualização em 2010: 1,30% a.a. a 11% a.a. + TJLP ou variação cambial
(e) Taxa de atualização em 2010: 0,30% a.a. a 17,5% a.a. ou TJLP

25 Outras obrigações - Sociais e Estatutárias

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Dividendos e bonificações a pagar	128.300	190.421	128.300	190.421
Provisão para participação nos lucros	74.564	40.951	251.330	165.897
Gratificações e participações a pagar	19	228	19	228
Total	<u>202.883</u>	<u>231.600</u>	<u>379.649</u>	<u>356.546</u>

26 Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	121.405	127.119	517.666	559.074
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.343	904	12.312	8.025
Impostos e contribuições sobre salários	3.793	2.194	6.672	4.125
Impostos e contribuições sobre aplicações financeiras	34.156	31.851	34.180	31.859
PIS	5.733	6.985	9.453	13.965
COFINS	1.340	529	7.234	2.385
ISS	2.201	1.330	8.377	5.027
Provisão para riscos fiscais	564.825	478.676	1.400.348	1.046.422
Provisão para impostos e contribuições diferidos	180.922	152.140	1.164.706	753.695
Outros impostos e contribuições	-	4	11	13
Total	<u>915.718</u>	<u>801.732</u>	<u>3.160.959</u>	<u>2.424.590</u>

27 Outras obrigações - Dívidas subordinadas

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Letras financeiras subordinadas				
Pós-fixado (c)	304.964	-	304.964	-
Certificado de depósito bancário				
Pós-fixado (a)	3.262.539	2.927.815	3.262.539	2.927.815
Debêntures				
Pós-fixado (b)	-	-	1.451.075	1.439.006
Nota subordinada				
Com variação cambial (d)	1.885.684	-	1.885.684	-
Total	<u>5.453.187</u>	<u>2.927.815</u>	<u>6.904.262</u>	<u>4.366.821</u>

- (a) Taxa de atualização em 2010: 0,49% a.a. até 7,95% a.a. + CDI
(b) Taxa de atualização em 2010: 0,50% a.a. + CDI
(c) Taxa de atualização em 2010: 0,30% a.a. até 17,50% a.a. + TJLP
(d) Taxa de atualização em 2010: 7,38% a.a. + PTAX

Estratégias de hedge contábil

Consolidado	2010		2009	
	Valor de custo	Valor de mercado (contábil) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado (contábil) não realizado
Nota Subordinada	1.986.505	1.885.684 100.821	-	-
Total	<u>1.986.505</u>	<u>1.885.684</u> 100.821	-	-

Para proteger os riscos de taxa de juros variável (Dólar) dos passivos subordinados, o Conglomerado negociou contratos no mercado futuro de DDI junto a BM&FBOVESPA, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas.

28 Outras obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Provisão para despesas de pessoal	25.405	14.217	84.118	42.204
Provisão para despesas administrativas	8.774	12.502	73.122	48.885
Provisão para passivos contingentes	9.560	18.600	113.691	116.746
Comissões por intermediação de operações	-	-	107.102	60.394
Valores a repassar aoscessionários	-	-	204.868	139.630
Provisão para perdas com créditos cedidos	-	-	80.090	24.692
Transações de cartão de crédito	25	12	194.023	120.477
Liquidações de títulos no exterior	209.333	21.802	209.933	22.622
Operações de crédito e arrendamentos a liberar	4.337	126.669	30.549	155.267
Outras (a)	45.849	49.893	314.111	177.738
Total	<u>303.283</u>	<u>243.695</u>	<u>1.411.607</u>	<u>908.655</u>

- (a) No consolidado, refere-se, basicamente, aos valores a processar oriundos do fluxo operacional da carteira de operações de crédito.

29 Patrimônio líquido

a. Capital social
O capital social é representado por 81.538.822.950 ações, sendo 66.713.582.406 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 14.825.240.544 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.
Em conformidade com a parceria estratégica firmada entre Banco do Brasil e Votorantim Finanças, neste exercício, foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$ 450.000.

b. Dividendos
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada período, deduzido da reserva legal. A Administração propõe a distribuição de dividendos sobre o lucro do período.

	2010	2009
Lucro líquido	1.015.247	801.773
Reserva legal	50.762	40.089
Base de cálculo	<u>964.485</u>	<u>761.684</u>
Juros sobre o capital próprio	-	-
Dividendos	241.121	190.421
Valor proposto	<u>241.121</u>	<u>190.421</u>
% sobre a base de cálculo	<u>25%</u>	<u>25%</u>

c. Reserva de capital
A reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 585.104.
Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de dezembro de 2010, foi deliberada e aprovada a destinação dos saldos de reservas de capital constituídas por subvenções de incentivos fiscais e atualização de títulos patrimoniais para aumento de capital, no montante de R\$ 31.945 mil.

d. Reserva de lucros
Reserva legal
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.
Reserva de expansão
Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do exercício, a Administração propõe a destinação do lucro não distribuído para "Reserva para Expansão". O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

e. Ajustes de valor patrimonial reconhecidos no patrimônio líquido

	Consolidado	
	2010	2009
Saldo inicial	(76.664)	(95.006)
Títulos disponíveis para venda	<u>62.627</u>	<u>(10.495)</u>
Banco Votorantim	110.457	(51.259)
Controladas	(47.830)	40.764
Efeitos tributários	<u>(43.319)</u>	<u>28.837</u>
Saldo final	<u>(57.356)</u>	<u>(76.664)</u>

30 Balanço patrimonial por faixas de vencimento

A demonstração do "balanço patrimonial por faixas de vencimento" foi elaborada considerando o prazo de vencimento dos ativos e passivos, independente da categoria em que estão classificados.
Dos ativos e passivos de prazo indeterminado, classificam-se as operações ativas no realizável a longo prazo e as operações passivas no passivo circulante.
Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos para negociação" são apresentados como Ativo Circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Banco

a. Ativo

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
	Disponibilidades	68.530	-	-	-	-
Aplicações interf. de liquidez	8.848.148	13.993.617	24.696.619	232.551	12.094	47.783.029
Operações comprom - pos. bancada	587.800	1.933.743	-	-	-	2.521.543
Operações comprom - pos. financiada	6.148.649	1.643.668	-	-	-	7.792.317
Operações comprom - livre movim.	964.126	1.566.187	-	-	-	2.530.313
Aplicações em dep. interfinanceiros	1.060.246	8.850.019	24.696.619	232.551	12.094	34.851.529
Aplicações em moeda estrangeira	87.327	-	-	-	-	87.327
Títulos e valores mobiliários	<u>2.724.532</u>	<u>3.232.939</u>	<u>4.029.077</u>	<u>3.967.638</u>	<u>23.358.465</u>	<u>37.312.651</u>
Títulos para negociação	800.027	2.620.951	3.743.031	2.185.556	19.291.368	28.640.933
Títulos disponíveis para venda	1.924.505	611.988	286.046	1.782.082	4.067.097	8.671.718

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
	Instrumentos financeiros derivativos	606.337	659.683	560.812	71.580	309.318
Diferencial de swap	186.504	473.133	428.499	71.580	65.717	1.225.433
Contratos de termo de moeda	82	438	18	-	-	538
Compra de opções - ações	268	2.749	-	-	-	3.017
Compra de opções - ativo fin./merc.	328.583	145.762	40.165	-	-	514.510
Derivativos de crédito	37.477	19.841	45.969	-	243.601	346.888
NDF	51.043	17.760	46.161	-	-	114.964
Outros	2.380	-	-	-	-	2.380
Relações intefinanceiras/interdep.	6.112.444	197.979	-	-	-	6.310.423
Operações de crédito	3.299.977	5.130.849	8.654.385	1.922.381	56.480	19.064.072
Provisão créditos de liq. duvidosa	(52.235)	(6.530)	(82.606)	(93.531)	(12.935)	(247.837)
Outros créditos	1.392.891	474.052	227.851	111.493	153.908	2.360.195
Carteira de câmbio	949.247	343.504	-	-	-	1.292.751
Rendas a receber	4.684	11	-	-	-	4.695
NIV	78.748	-	-	-	-	78.748
Diversos	387.140	141.456	227.851	111.493	153.908	1.021.848
Provisão créditos de liq. duvidosa	(26.928)	(10.919)	-	-	-	(37.847)
Outros valores e bens	9.223	-	13.900	-	-	23.123
Total	<u>23.009.847</u>	<u>23.682.589</u>	<u>38.100.038</u>	<u>6.212.112</u>	<u>23.877.330</u>	<u>114.881.916</u>

b. Passivo

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
	Depósitos	5.873.418	12.690.737	5.251.457	33.025	10.422
Depósitos a vista	305.007	-	-	-	-	305.007
Depósitos interfinanceiros	491.892	354.896	125.345	6.860	1.123	980.116
Depósitos a prazo	5.076.369	12.335.841	5.126.112	26.165	9.299	22.573.786
Outros depósitos	150	-	-	-	-	150
Captações no mercado aberto	14.603.236	16.945.397	4.019.885	93.486	13.553	35.675.557
Carteira própria	7.978.112	13.269.042	3.966.633	92.124	-	25.305.911
Carteira de terceiros	5.657.870	2.112.764	-	-	-	7.770.634
Carteira livre movimentação	967.254	1.563.591	53.252	1.362	13.553	2.599.012

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Em milhares de Reais)
35 Resultado de operações de câmbio

Banco e Consolidado		2010	2009
Resultado de exportação		25.366	57.901
Resultado de importação		7.075	9.267
Resultado financeiro		(976)	(116)
Variações e diferenças de taxas		(3.005)	(354.627)
Disponib. em moedas estrangeiras		20.716	68.344
Outros		(7.512)	(20.451)
Total		<u>41.664</u>	<u>(239.682)</u>

36 Despesas de operações de captação no mercado

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Operações de TVM no exterior	88.993	225.948	88.993
Depósitos interfinanceiros	(104.198)	(384.338)	(75.647)
Depósitos a prazo	(2.483.529)	(1.827.712)	(2.483.529)
Operações compromissadas	(3.292.707)	(2.720.691)	(3.191.372)
Letras de crédito do agronegócio	(146.748)	(154.730)	(146.748)
Letras de crédito imobiliário	(3.462)	(5.037)	(3.462)
Letras financeiras	(113.574)	-	(113.574)
Debêntures	-	-	(402.584)
Outras	(31.831)	(200.748)	(31.831)
Total	<u>(6.087.056)</u>	<u>(5.067.308)</u>	<u>(6.359.754)</u>

37 Despesas de operações de empréstimos, cessões e repasses

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Empréstimos no país	(5.623)	(52.813)	(5.623)
Empréstimos no exterior	(77.179)	800.770	(77.179)
Repasse BNDES	(256.953)	(49.238)	(256.953)
Repasse FINAME	(113.641)	(275.355)	(115.995)
Obrigações com banqueiros no exterior	(4.403)	(45.663)	(4.403)
Outros	251.082	243.634	251.082
Total	<u>(206.717)</u>	<u>621.335</u>	<u>(209.071)</u>

38 Despesas de operações de arrendamento mercantil

		Consolidado	
		2010	2009
Depreciação de bens arrendados		(1.901.071)	(1.264.636)
Amortização de bens arrendados		(2.041)	(2.139)
Prejuízo na alienação bens arrendados		(187)	-
Ajustes ao valor de mercado		(25.260)	(41.581)
Outros		(44.219)	(21.846)
Total		<u>(1.972.778)</u>	<u>(1.330.202)</u>

39 Receitas de prestação de serviços

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Administração de fundos de investimento	-	-	109.819
Rendas de cobrança	6.030	2.175	6.030
Comissões sobre colocação de títulos	69.345	39.134	70.207
Corretagens de operações em bolsa	-	-	30.092
Rendas de garantias prestadas	144.032	118.285	144.032
Transações de cartão de crédito	-	-	13.055
Comissão de corretagem de seguros	-	-	23.985
Assessoria financeira	23.044	24.195	19.564
Outros	12.440	21.428	23.436
Total	<u>254.891</u>	<u>205.217</u>	<u>440.220</u>

40 Receitas de tarifas bancárias

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Pessoa física			
Confecção de cadastro	-	-	603.606
Transferências	-	-	1
Adiantamentos contratuais	-	-	12.741
Avaliação de bens	-	-	158.675
Cartão de crédito	-	-	14.764
Outros	-	-	-
Pessoa jurídica			
Confecção de cadastro	-	-	11.704
Transferências	870	505	880
Outros	376	394	2.093
Total	<u>1.246</u>	<u>899</u>	<u>804.464</u>

41 Despesas de pessoal

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Honorários	(14.028)	(12.600)	(27.060)
Benefícios	(29.841)	(22.014)	(118.362)
Encargos sociais	(63.969)	(45.571)	(161.117)
Proventos	(175.945)	(125.446)	(462.183)
Treinamento	(4.126)	(2.562)	(6.002)
Total	<u>(287.909)</u>	<u>(208.193)</u>	<u>(774.724)</u>

42 Outras despesas administrativas

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Água, energia e gás	(1.153)	(1.126)	(5.041)
Aluguéis	(36.835)	(26.491)	(110.142)
Arrendamento de bens	(941)	(423)	(4.821)
Comunicações	(12.679)	(9.739)	(102.374)
Contribuições filantrópicas	(3.229)	(2.638)	(7.461)
Manutenção e conservação de bens	(6.163)	(4.503)	(13.967)
Material	(2.268)	(874)	(6.561)
Processamento de dados	(65.112)	(56.913)	(118.137)
Promoções e relações públicas	(10.621)	(6.103)	(22.779)
Propaganda e publicidade	(1.986)	(2.169)	(33.841)
Publicações	(1.498)	(2.254)	(1.777)
Seguros	(2.043)	(223)	(17.747)
Serviços do sistema financeiro	(60.159)	(23.082)	(181.612)
Serviços de terceiros	(3.401)	(2.563)	(20.840)
Vigilância e Segurança	(1.411)	(1.280)	(3.990)
Serviços técnicos especializados	(103.938)	(37.931)	(572.427)
Transportes	(4.611)	(3.186)	(21.491)
Viagens	(7.403)	(5.236)	(35.969)
Emolumentos judiciais e cartor.	(6.706)	(5.318)	(134.753)
Amortização	(2.250)	(4.522)	(13.550)
Depreciação	(7.182)	(4.848)	(14.898)
Outras	(3.762)	(6.838)	(91.568)
Total	<u>(345.351)</u>	<u>(208.260)</u>	<u>(1.535.746)</u>

43 Despesas tributárias

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
ISS	(12.445)	(10.326)	(62.882)
PIS	(9.699)	(8.794)	(53.759)
COFINS	(58.724)	(53.154)	(331.650)
Outros	(4.324)	(1.280)	(9.109)
Total	<u>(85.192)</u>	<u>(73.554)</u>	<u>(457.400)</u>

44 Outras receitas operacionais

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Ressarc. de comissões de interm. de operações – CET	-	-	1.715.394
Ressarc. de outros custos – CET	900	1.045	187.761
Ressarc. de comissões de interm. de operações – não CET	-	-	22.280
Ressarc. de outros custos – não CET	206	39.573	9.019
Varição cambial de invest. no exterior	22.971	-	24.167
Outras receitas	33.366	11.897	131.156
Total	<u>57.443</u>	<u>52.515</u>	<u>2.089.777</u>

45 Outras despesas operacionais

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Comissões de interm. de operações – CET	-	-	(1.609.854)
Comissões de interm. de operações – Não CET	-	(22.116)	(776.713)
Outros custos – não CET	(3.850)	-	(3.850)
Provisão para passivos contingentes	(1.613)	(8.112)	(38.850)
Atualização monetária de passivos	(34.787)	(18.789)	(94.561)
Varição cambial de investim. no exterior	(51.296)	(309.486)	(54.888)
Descontos concedidos reneg. oper. crédito	(79.069)	-	(271.627)
Outras	(28.853)	(75.876)	(73.040)
Total	<u>(199.468)</u>	<u>(434.379)</u>	<u>(2.923.383)</u>

46 Resultado não operacional

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Alienação de valores e bens	(591)	259	(119.486)
Provisão para perdas com investimento	(4.345)	-	(16.634)
Alienação de investimentos	-	-	116
Outros	(4.039)	(928)	52.937
Total	<u>(8.975)</u>	<u>(669)</u>	<u>(83.067)</u>

47 Imposto de renda e contribuição social
a. Encargos devidos sobre as operações

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações	1.314.592	880.051	1.959.799
Encargos à alíquota nominal vigente	<u>(525.836)</u>	<u>(352.020)</u>	<u>(783.920)</u>
Exclusões/(adições)	<u>424.882</u>	<u>192.534</u>	<u>273.255</u>
Prejuízo fiscal de IR	27.834	48.459	(329.867)
Base negativa de CS	17.933	28.001	16.311
Ajuste a mercado de TVM	126.155	(64.060)	119.538
Ajuste a mercado de derivativos	29.840	(76.780)	(20.598)
Ajuste a mercado de operação de crédito	(45.572)	189.693	(6.437)
Participações no lucro	(58.660)	(31.987)	39.539
Provisão para créditos de liq. duvidosa	(30.153)	(86.045)	(56.586)
Provisão para contingências	111	(1.535)	(3.219)
Derivativos – Regime de caixa	(31.088)	42.293	(16.153)
Provisão para perdas com crédito cedido	-	-	(22.043)
Provisão para obrigações legais	-	(81.877)	(220.371)
Superveniência/Insuficiência de depreciação	-	-	384.456
Equivalência patrimonial	233.004	114.655	-
Resultado de dependências no exterior	(23.686)	-	(23.686)
Juros de TVM não tributáveis	103.627	96.380	103.627
Outros	72.537	109.825	88.373
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(100.954)</u>	<u>(159.486)</u>	<u>(510.665)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(4.960)</u>	<u>(2.259)</u>	<u>(387.189)</u>
Imposto de renda e contribuição social total	<u>(105.914)</u>	<u>(161.745)</u>	<u>(897.856)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre o resultado

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Crédito tributário			
Adições/(exclusões)			
Prejuízo fiscal de IR	(27.834)	(48.459)	329.867
Base negativa de CS	(17.933)	(28.001)	(16.311)
Ajuste a mercado de TVM	(31.055)	(8.189)	(31.070)
Ajuste a mercado de derivativos	-	-	806
Participações no lucro	-	(15.862)	(114)
Provisão para créditos de liq. duvidosa	30.153	86.045	54.606
Provisão para contingências	(111)	1.535	3.219
Derivativos – Regime de caixa	-	-	(14.936)
Provisão para perdas com crédito cedido	-	-	22.043
Provisão para obrigação legal	-	81.877	-
Resultado de dependências no exterior	-	94.488	-
Outros	-	-	3.171
Total	<u>(46.780)</u>	<u>163.434</u>	<u>351.281</u>

Obrigação fiscal diferida

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Adições/(exclusões)			
Ajuste a mercado de TVM	(51.780)	15.160	(45.164)
Ajuste a mercado de derivativos	(29.840)	24.874	(71.115)
Ajuste a mercado de operação de crédito	45.572	-	82.457
Derivativos – Regime de caixa	31.088	(42.293)	31.089
Insuficiência de depreciação	-	-	(384.456)
Total	<u>(4.960)</u>	<u>(2.259)</u>	<u>(387.189)</u>

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre contas patrimoniais

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Ativo (Outros créditos – diversos)			
Saldo inicial	575.317	387.862	1.788.321
Prejuízo fiscal de IR	(27.834)	(48.459)	329.867
Base negativa de CS	(17.933)	(28.001)	(16.311)
Ajuste a mercado de TVM	(50.553)	15.832	(50.567)
Ajuste a mercado de derivativos	-	-	806
Participações no lucro	-	(15.862)	(114)
Provisão para créditos de liq. duvidosa	30.153	86.045	54.606
Provisão para contingências	(111)	1.535	3.219
Derivativos – Regime de caixa	-	-	(14.936)
Provisão para perdas com crédito cedido	-	-	22.043
Provisão para obrigação legal	-	81.877	-
Resultado de dependências no exterior	-	94.488	-
Outros	-	-	3.170
Saldo final	<u>509.039</u>	<u>575.317</u>	<u>2.120.104</u>

Passivo (Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias)

Banco		Consolidado	
2010	2009	2010	2009
Saldo inicial	152.140	149.881	753.695
Ajuste a mercado de TVM	75.603	(48.228)	68.986
Ajuste a mercado de derivativos	29.840	(76.780)	71.115
Ajuste a mercado de operação de crédito	(45.572)	84.344	(82.457)
Ajuste a mercado de op. de arrendamento mercantil	-	-	-
Derivativos – Regime de caixa	(31.089)	42.923	(31.089)
Superveniência de depreciação	-	-	384.456
Outros	-	-	-
Saldo final	<u>180.922</u>		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Em milhares de Reais)
c. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco possível

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Contingências fiscais	(a) 291.042	155.859	400.183	159.100
Contingências cíveis	(b) -	-	37.934	17.773
Contingências trabalhistas	(c) 224	518	2.891	27.267
Saldo final	<u>291.266</u>	<u>156.377</u>	<u>441.008</u>	<u>204.140</u>

(a) No Consolidado referem-se, basicamente, aos tributos sobre desmutualização, no montante de R\$ 383.873 (R\$ 141.953 em 2009).

(b) No Consolidado referem-se, basicamente, as ações de cobrança.

(c) No Consolidado referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolvem indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

d. Composição de obrigações legais apresentadas em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Questões fiscais	(a) 564.825	478.676	1.400.348	1.046.422
Questões cíveis	-	-	-	-
Questões trabalhistas	-	-	-	-
Saldo final	<u>564.825</u>	<u>478.676</u>	<u>1.400.348</u>	<u>1.046.422</u>

(a) Referem-se, basicamente, ao pleito pelo não pagamento da COFINS com base nas receitas não derivadas do faturamento mensal (ampliação da base de cálculo introduzida pela Lei nº 9.718/98).

e. Depósitos judiciais apresentados em Outros Créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Contingências fiscais	72.366	6.977	77.384	8.821
Contingências cíveis	-	-	27.799	17.858
Contingências trabalhistas	5.107	2.047	19.790	10.184
Outros	56	30	207	104
Total	<u>77.529</u>	<u>9.054</u>	<u>125.180</u>	<u>36.967</u>

f. Ativos contingentes

Não existe nenhum ativo contingente contabilizado.

g. Outros compromissos

O Banco protocolou junto à Secretaria da Receita Federal sua adesão ao Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei nº. 10.684/03, do Governo Federal. A adesão ao programa possibilitou o parcelamento do PIS, referente ao período de janeiro de 2000 a janeiro de 2003. O montante incluso no programa é de R\$ 7.203.

50 Outras informações
Benefícios a empregados

Não existe benefícios pós-emprego, tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados e administradores, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Marcelo Rosas Betine

Contador - 1 PR044644/O-6 "S" SP

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A., órgão estatutário constituído em 3 de Junho de 2004, em conformidade com a Resolução nº 3.198 do Banco Central do Brasil ("Banco Central"), foi devidamente aprovado pela referida autarquia em 28 de Junho de 2004. Em 8 de dezembro de 2009, teve sua composição alterada e aprovada pelo Banco Central, passando a ser composto por 4 membros efetivos e 2 suplentes, dos quais 2 membros efetivos e um suplente são executivos do Banco Votorantim S.A.. Este Comitê segue as determinações estabelecidas na regulamentação do Banco Central, no Estatuto Social do Banco Votorantim e em Regimento Interno vigente e aprovado pelo Conselho de Administração.

A Administração tem a responsabilidade pela gestão das atividades operacionais, pelo gerenciamento de riscos, controles e processos, bem como pela elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Banco Votorantim S.A. e controladas, tendo emitido opinião no sentido de que as posições patrimoniais e financeiras e sua conformidade com os princípios contábeis, a legislação societária e as normas regulamentares.

A PricewaterhouseCoopers é a empresa responsável pelo exame das demonstrações financeiras dos Fundos de Investimentos administrados pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda., empresa controlada pelo Banco Votorantim S.A..

Atividades do Comitê

Durante o exercício de 2010 o Comitê de Auditoria coordenou determinadas atividades com o objetivo de avaliar os controles internos, os resultados dos trabalhos das auditorias interna e externa, bem como o processo de revisão das demonstrações financeiras.

No exercício de 2010 foram realizadas 13 reuniões ordinárias com a participação das Gerências de Auditoria Interna e Externa. Os resultados das discussões referentes aos principais assuntos das reuniões foram devidamente formalizados, em conjunto com os respectivos planos de ação direcionados às Vice-Presidências e Diretorias responsáveis. Em complemento às atividades do exercício foram realizadas duas reuniões com o Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As atividades do Comitê de Auditoria são fundamentadas nos relatórios emitidos pelas Auditorias Interna e Externa, bem como pela área de Controles Internos.

Ao longo do exercício de 2010 o Comitê de Auditoria efetuou as seguintes atividades:

- Revisou as demonstrações financeiras do período findo de 31 de dezembro de 2010 e as discutiu com os respectivos Auditores Independentes;
- Avaliou o resultado dos trabalhos efetuados pela KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras do Banco Votorantim S.A. e de suas controladas;
- Avaliou o resultado dos trabalhos efetuados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa responsável pela

emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras dos Fundos de Investimento administrados pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.;

- Avaliou o resultado dos trabalhos efetuados pela Auditoria Interna e referendou os principais assuntos aos administradores;
- Analizou os principais assuntos destacados pelas Auditorias Interna e Externa relacionados aos controles internos e referendou melhorias a fim de mitigar os riscos; e
- Indicou às diretorias as melhorias de controles internos a serem implementadas.

Em dezembro de 2010 foi aprovada a substituição junto ao Banco Central do Diretor responsável pela área contábil e membro obrigatório do comitê de auditoria.

Auditoria Interna

Os trabalhos da Auditoria Interna foram reportados na íntegra ao Comitê de Auditoria e serviram de base para as devidas avaliações dos riscos, dos controles internos e dos sistemas de gestão.

Dando sequência ao processo de adequação da estrutura de governança corporativa, em outubro de 2010 a Auditoria Interna foi estabelecida como Superintendência, tendo a sua linha de reporte direcionada diretamente ao Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria avalia de forma positiva e adequada as atividades efetuadas pela Auditoria Interna, tendo destaque a evolução dos controles dos pontos de auditoria interna em relação aos auditados.

Auditoria Externa

O Comitê de Auditoria participou do processo de revisão das demonstrações financeiras, reunindo-se com o Conselho Fiscal e com o Auditor Independente responsável, quando tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras dos exercícios findos em dezembro de 2010, dando-se por satisfeito com a opinião emitida e com as informações prestadas.

Ouvidoria

O Comitê de Auditoria apreciou o relatório da Ouvidoria relativo às atividades do primeiro semestre de 2010.

Conclusão:

Com base no resultado dos trabalhos efetuados, o Comitê de Auditoria avalia como adequada a qualidade das atividades de Auditoria Interna, a estruturação e eficácia dos Controles Internos, a qualidade e independência dos processos e relatórios da Auditoria Externa e a exatidão das Demonstrações Financeiras referentes exercício de 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2011

Antonio Carlos Correia

Marcos Lima Monteiro

Mário Antônio Thomazi

Rolf Von Paraski

DIRETORIA

Diretor Presidente: Wilson Masao Kuzuhara

Vice-Presidente: Milton Roberto Pereira

Vice-Presidente: Walter Guilherme Placsek Jr.

Diretores: Vivaldo Monteiro Costa da Silva
 José Manoel Lobato Barletta
 Pedro Paulo Mollo Neto
 Mário Antonio Thomazi
 Celso Marques de Oliveira
 Abraham Bragança de Vasconcelos
 Sílvio Alfredo Frugolli
 Marcelo Parente Vives
 Laércio Goulart Paiva Jr.
 Carlos Montone
 Marcos Lima Monteiro
 Weintraub

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
 José Ermírio de Moraes Neto
Vice-Presidente
 Aldemir Bendine

Marcus Olyntho de Camargo Arruda
 Wilson Masao Kuzuhara
 Paulo Rogério Caffarelli
 Ivan de Souza Monteiro

CONSELHO FISCAL

Presidente
 Pedro Carlos de Mello
Vice-Presidente
 João Batista Donizete de Souza

Membros Efetivos:
 Antonio Joaquim Ferreira Custódio
 Daniel André Stieler

Membros Suplentes:
 Alexandre Ronald de Almeida Cardoso
 Eduardo Cesar Pasa
 Paulo Alberto Schibuola
 José Luiz Gimenes Caiafa

COMITÊ DE AUDITORIA

Mário Antonio Thomazi
 Marcelo Parente Vives (suplente)
 Marcos Lima Monteiro (coordenador)
 Rolf Von Paraski
 Antonio Carlos Correia
 Ardêmio João Brixner (suplente)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Banco Votorantim S.A.
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Votorantim S.A. identificadas como "Banco" e "Consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referi-

das apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado do Banco Votorantim S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pelo Banco. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2011



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
 Contador - CRC 1SP160769/O-0
Luciana Liberal Sâmia
 Contadora - CRC 1SP198502/O-8